



PCH Fortuna II S.A.
Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ nº 18.471.053/0001-56
Ipatinga - MG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos e condição necessária para colocar o ativo no local e condição necessária para que este seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

d) Redução ao valor recuperável (Impairment)

i. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária, juros sobre empréstimos e variações no valor justo de passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, quando aplicável.

As despesas financeiras relacionadas a custos de empréstimos e financiamentos, líquidas das receitas financeiras, quando atribuídas a ativos qualificáveis, são reconhecidas como custo do imobilizado.

f) Imposto de renda e contribuição social

O regime de tributação da companhia é com base no lucro presumido para fins de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

g) Normas, interpretações e alterações às normas existentes que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Iniciativa de divulgação

A administração não identificou impactos relevantes decorrentes das alterações das normas existentes e novas normas e interpretações acima indicadas.

h) Normas, interpretações e alterações às normas existentes e ainda não vigentes para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2016 e ainda não adotados.

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (b);
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (b);
- IFRS 16 - Arrendamento mercantil (c);
- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de aquisições de participações em operações conjuntas ("Joint operation") (a);
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo imobilizado, Ativo biológico e Produto agrícola (a);
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização (a);
- Modificações à IAS 27 - Opção para Utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas (a);
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou "Joint venture" (a);
- Modificações às IFRSs - Ciclos de melhorias anuais (a);
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras (a); e

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2016;
- (b) 1º de janeiro de 2018; e
- (c) 1º de janeiro de 2019.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Não são esperados impactos significativos quando das aplicações das modificações descritas acima sobre as demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2016	31.12.2015
Banco conta movimento	202	5
Total	202	5

Os saldos em conta corrente referem-se a valores disponíveis para pagamentos das obrigações administrativas da Companhia.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de depósito bancário com rendimento pós-fixado, de acordo com a variação do CDI, com garantia de recompra diária pela instituição financeira, com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	31.12.2016	31.12.2015
Circulante	12	15.420
Não circulante	1.329	1.383
Total	1.341	16.803

Os títulos e valores mobiliários no circulante referem-se a Certificados de depósito bancário com rendimento pós-fixado, de acordo com a variação do CDI, com garantia de recompra diária pela instituição financeira, com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

A remuneração média das aplicações é de 94% do CDI em 31 de dezembro de 2016 (96% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

Os títulos e valores mobiliários no não circulante referem-se a uma conta reserva de aplicação financeira vinculada ao BNDES, em que se deverá manter um valor equivalente a 03 vezes o valor da prestação mensal do serviço da dívida incluindo principal, juros e demais acessórios. O montante está em garantia ao financiamento obtido com o BNDES.

6. IMOBILIZADO

	Saldos em 31.12.2014	Saldos Transferidos (**)	Adições	Transferências	Provisão para redução ao valor recuperável	Saldos em 31.12.2015	Adições	Transferências	Provisão para redução ao valor recuperável	Saldos em 31.12.2016
IMOBILIZAÇÕES										
Terrenos	1.641	-	4	-	-	1.645	-	-	-	1.645
Reservatórios, barragens e adutoras	26.274	86	2.504	1.114	-	29.978	995	-	-	30.973
Edifício, Obras civis e benfeitorias	8.205	1	4.982	639	-	13.827	27	-	-	13.854
Máquinas e equipamentos	939	-	203	120	-	1.262	42	-	-	1.304
Estudos e projetos	311	-	-	-	-	311	-	-	-	311
Depósitos judiciais	361	-	11	-	(372)	372	-	-	-	-
Adiantamento contratual	10.908	-	1.273	(1.906)	-	10.275	-	-	-	10.275
Total das Imobilizações	48.639	87	8.977	(33)	-	57.670	1.064	(372)	-	58.362
A RATEAR										
A Ratear (*)	19.817	362	1.751	-	-	21.930	394	-	-	22.324
Total a Ratear	19.817	362	1.751	-	-	21.930	394	-	-	22.324
SISTEMA DE TRANSMISSÃO										
Máquinas e equipamentos	51	-	134	33	-	218	-	-	-	218
Total sistema de transmissão	51	-	134	33	-	218	-	-	-	218
SUBTOTAL	68.507	449	10.862	-	-	79.818	1.458	(372)	-	80.904
Provisão para redução ao valor recuperável	(5.242)	-	-	-	(19.528)	(24.770)	-	-	(29.704)	(54.474)
Total do Imobilizado	63.265	449	10.862	-	(19.528)	55.048	1.458	(372)	(29.704)	26.430

(*) Trata-se das aquisições para construção das PCH's que serão devidamente classificadas nas respectivas linhas do imobilizado quando as usinas estiverem disponíveis para uso e contemplam também a provisão para perda ao valor recuperável reconhecida.

(**) Conforme descrito na nota explicativa 1.

Consórcio Construtor

Em 03 de setembro de 2012, foi assinado pela Guanhões Energia o contrato EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) com o Consórcio Construtor PCHs Guanhões - CCPG, formado pelas empresas OEngenharia Ltda., Construtora Quebec Ltda. e Libe Construtora Ltda. no valor global de R\$245.136. O preço global do contrato específico à PCH Fortuna II foi de R\$ 54.596 sendo a data base abril de 2012 ("P0"), relativos aos investimentos em obras civis e equipamentos.

Conforme estabelecido em Contrato, a Guanhões Energia efetuou no mês de setembro de 2012 o adiantamento ao CCPG no valor de R\$ 10.919, que corresponde a 20% do total do contratado originalmente. Nos faturamentos mensais de serviços executados ocorre a dedução desses 20%, a título de compensação do referido adiantamento. Até 31 de dezembro de 2015 o valor já compensado foi de R\$9.216, restando um saldo a compensar de R\$1.703, o qual está demonstrado somado aos demais adiantamentos a fornecedores na nota explicativa nº 6.

O contrato sofreu nove aditivos até dezembro de 2015, que alteraram o seu valor e prazo de entrega das unidades geradoras em virtude de variações geológicas e suspensão das obras. Segue abaixo informações dos aditivos que envolvem a PCH Fortuna II:

- 1º Termo Aditivo: Assinado em 27 de junho de 2013, no valor de R\$6.136 (Base Abril/2012).
- 2º Termo Aditivo: Assinado em 18 de setembro de 2013, no valor de R\$762.
- 4º Termo Aditivo: Assinado em 27 de junho de 2014, no valor de R\$596.
- 5º Termo Aditivo: Assinado em 03 de julho de 2014, para a formalização da transferência da titularidade da PCH Fortuna II.
- 6º Termo Aditivo: Assinado em 15 de dezembro de 2014, no valor de R\$1.742.
- 7º Termo Aditivo: Assinado em 30 de dezembro de 2014, no valor de R\$615.
- 8º Termo Aditivo: Assinado em 9 de fevereiro de 2015, no valor de R\$259.
- 9º Termo Aditivo: Assinado em 25 de maio de 2015, no valor de R\$ 92.

Assim, o valor total do contrato após os aditivos acima citados, relativo à PCH Fortuna II, foi fixado em R\$ 64.799 sem o diferimento do ICMS.

Porém, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1, devido à inadimplência do CCPG, o contrato foi rescindido em 15 de dezembro de 2015.

Desde a rescisão do contrato EPC, a PCH Fortuna II está sendo responsável pela execução de atividades de manutenção e segurança dos canteiros de obras, visando a conservação das estruturas e equipamentos já existentes nas obras. Além disso, se fez necessário à contratação de empresa para a execução de obras de conservação e reparos, tais como, recuperação de acessos e estruturas danificadas, devido às chuvas volumosas ocorrida em janeiro de 2016.

Além disso, estão sendo realizadas negociações como novos fornecedores para reconstrução do escopo remanescente para a conclusão das obras.

Em paralelo, está em andamento o processo arbitral, para cobrança junto ao CCPG, das penalidades contratuais e indenizações devidas em função da inadimplência contratual do contratado.

Maiores detalhes sobre os desdobramentos da arbitragem estão descritos na nota explicativa 23.

9. FINANCIAMENTOS

	Circulante			Não Circulante			Total	
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	31.12.2016	31.12.2015
Financiamentos BNDES	2.550	90	2.640	32.300	1.135	33.435	36.075	36.404
Total	2.550	90	2.640	32.300	1.135	33.435	36.075	36.404

A concessão de colaboração financeira pelo BNDES foi expedida de acordo com os subcréditos abaixo demonstrados:

Subcrédito A	Subcrédito B	Subcrédito C	Total Financiamento
29.000	10.400	400	39.800

O Contrato de Financiamento nº 13.2.1127.1, no valor de R\$39.800 é dividido em três Subcréditos. Sobre o valor principal da dívida decorrentes dos Subcréditos "A" e "B" incidirão juros de 1,96% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Deverão ser pagos em 186 prestações mensais e sucessivas, sendo a 1ª prestação com vencimento em 15 de março de 2015 e a última prestação com vencimento para 15 de agosto de 2030. Subcrédito "C" incidirão juros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Deverá ser pago em 180 parcelas mensais e sucessivas, sendo a 1ª parcela com vencimento em 15 de setembro de 2015 e a última parcela com vencimento em 15 de agosto de 2030. Até 31 de dezembro de 2016 foi recebido o valor R\$39.368, sendo que já foi amortizado o montante de R\$11.810 do principal (R\$2.915 em 2015).

O financiamento está garantido por fianças ou garantias corporativas prestadas pelos acionistas da Guanhões Energia.

	Principal	Encargos	Total
Saldo em 31.12.2014	41.292	207	41.499
Financiamentos BNDES	3.700	-	3.700
Amortização de principal	(9.268)	-	(9.268)
Encargos, juros e correções	-	2.915	2.915
Encargos pagos no exercício	-	(2.442)	(2.442)
Saldo em 31.12.2015	35.724	680	36.404
Financiamentos BNDES	1.668	-	1.668
Amortização de principal	(2.542)	-	(2.542)
Encargos, juros e correções	-	3.361	3.361
Encargos pagos no exercício	-	(2.816)	(2.816)
Saldo em 31.12.2016	34.850	1.225	36.075

Redução ao valor recuperável dos ativos

A Companhia vem sendo impactada por questões relacionadas ao cumprimento do Contrato EPC no projeto da PCH Fortuna II, o que resultou na celebração de aditivos ao contrato com o Consórcio Construtor PCHs Guanhões (CCPG) e postergação da entrada em operação da PCH.

A Administração considerou que esses fatores são indicativos de que o investimento possa ter sofrido desvalorização, e, portanto, decidiu-se fazer uma análise da recuperação dos ativos para a data-base de 31 de dezembro de 2016.

Para fins de avaliação da recuperação dos ativos, a Administração atualizou o modelo de acompanhamento do retorno do projeto, bem como atualizou todo o fluxo de caixa descontado com a melhor estimativa corrente da Administração para a análise do valor em uso, sendo as principais premissas destacadas abaixo:

- Incorporação de todos os aditivos já assinados que elevaram o custo do investimento na usina;
- Inclusão de todas as despesas financeiras extraordinárias decorrentes de empréstimos obtidos pela Companhia não previstos inicialmente;
- Estágio de avanço da implementação do projeto;
- Participação da PCH Fortuna II no Leilão A-3 de 2015, sendo vencedora do certame, comercializando energia a um preço R\$205,50/MWh;
- Custo estimado para completar o empreendimento; e
- Custos socioambientais a serem executados durante a exploração.

Após a conclusão das análises de eventual *impairment*, em 31 de dezembro de 2015 a Administração efetuou o registro de R\$19.528 e em 31 de dezembro de 2016 o valor de R\$29.704 como provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

	Saldos em 31.12.2014	Adições	Saldos em 31.12.2015	Adições	Saldos em 31.12.2016
--	----------------------	---------	----------------------	---------	----------------------

INTANGÍVEL					
Intangível do Sistema de Transmissão	429	46	475	57	532
Total Intangível	429	46	475	57	532

8. FORNECEDORES

	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores	727	745
Materiais e serviços	727	745
Fornecedores partes relacionadas	330	130
Rateio de serviços Guanhões Energia S.A. (*)	330	130
Total	1.057	875

(*) Saldo referente aos valores a pagar das despesas administrativas arcadas pela Guanhões Energia S.A e rateadas entre as PCHs.

Os valores a pagar em 31 de dezembro de 2016 referem-se às obrigações devidas aos fornecedores em decorrência de medições feitas na obra e gastos emergenciais.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito da Companhia é de R\$60.971 mil representados por 60.970.164 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado, pertencentes à Guanhões Energia, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Quantidade de Ações	% Participação	Quantidade de Ações	% Participação
ACIONISTA				
Guanhões Energia S.A.	60.970.164	100	59.477.659	100
Total Geral	60.970.164	100	59.477.659	100

Em 28 de dezembro de 2016 conforme Ata do Conselho da Administração, foram integralizados o montante R\$ 1.493 decorrentes de transferências de ativos, realizadas sob a forma de adiantamento de futuro aumento de capital (AFAC) nos anos de 2014 e 2015.

11. DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS OPERACIONAIS	2016	2015
Pessoal e encargos	(227)	(147)
Administrativas e outras	(1.205)	(97)
Impostos e taxas	(155)	(64)
Serviço de terceiros	(479)	(308)
Provisão para redução ao valor recuperável	(29.704)	(19.528)
Total	(31.770)	(20.144)

Classificadas como:

OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	2016	2015
Despesas gerais e administrativas	(981)	(557)
Outras despesas	(1.085)	(59)
Outras despesas operacionais	(29.704)	(19.528)
Total	(31.770)	(20.144)